

GÊNERO E EDUCAÇÃO: A VULNERABILIDADE DA PROFESSORA NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Raissa Pacheco¹

Maria Carmem Chaves²

Direito



RESUMO

O estudo enfatiza a vulnerabilidade do magistério feminino mesmo diante de lutas árduas para a conquista da posição em que se encontra a professora, visando o reconhecimento da função social da mulher perante toda uma sociedade, demonstrando as questões histórico-culturais que recaem sobre a formação e a educação do indivíduo, devido a conjuntura da história da educação, a necessidade de maior atuação das políticas públicas, ademais tornar público a falta de comprometimento Estado diante das inúmeras dificuldades que um ambiente escolar apresenta. Analisar a mulher educadora como detentora de Direitos, visto que os deveres são matérias consubstanciais a profissão exercida nas classes e a busca da valoração da categoria que influencia na vida de todo e qualquer cidadão, independentemente do posicionamento na sociedade.

PALAVRAS CHAVE

Vulnerabilidade da professora. A mulher educadora. História da Educação

ABSTRACT

The study emphasizes the vulnerability of women's magisterium, even in the face of strenuous struggles to achieve the position of the teacher, in order to recognize the social function of women before society as a whole, showing the cultural and historical issues that The education of the individual, due to the conjuncture of the history of education, the need for greater performance of public policies, in addition to make public the lack of commitment State in the face of the numerous difficulties that a school environment presents. Analyze the educating woman as a rights holder, since the duties are consubstantial matters the profession practiced in the classes and the search of the valuation of the category that influences in the life of any and every citizen, regardless of the position in the society.

KEYWORDS

Teacher vulnerability. The educating woman. History of Education.

1 INTRODUÇÃO

Pensar em mulher como a figura de professora na sala de aula atenta para análise das questões de gênero, uma vez que o patriarcado sempre se fez presente nas mais diversas categorias, seja no ambiente social ou pessoal. Antes da Revolução Francesa, por um longo lapso temporal, alunos, apenas do sexo masculino, padres e tutores compunham a educação. Após a Revolução, a mulher possui um novo conceito: o positivismo usado como palavra para padronizar o gênero feminino, por gerar a vida, a naturalidade da mulher propícia ao ato de cuidar e educar.

Ainda assim, as alunas eram preparadas tão somente para as atividades domésticas, de forma alguma as emancipando; e sim, limitando-as da possibilidade de qualquer outra incumbência social. Naquela circunstância, o magistério era o chamado "o único trabalho digno para as mulheres" portanto por possuírem essa "vocação" e a ideia de democratizar a educação, como um direito a todos, e tal investimento não poderia ser custoso. As mulheres recebiam salários ínfimos comparado aos homens, pois esses não aceitavam receber menos do que aquelas, dada situação ocasionou um maior índice de tutoras no ambiente escolar. Já as mulheres negras e indígenas ingressaram tardiamente, isto é, o racismo é um ponto discutível em ambiente que deveria ser combatido.

No entanto, o Brasil não se adaptou tão facilmente, visto que a Colônia Portuguesa trouxe consigo conceitos que determinavam a submissão da mulher para com o homem, remetendo a ideia da mulher totalmente destinada aos afazeres domésticos, restrita à revolução, devido ao pretérito pensamento do gênero como objeto reprodutor. Após a Independência do Brasil, surgiram as escolas públicas, em 1827 a primeira lei do ensino que permitiu as meninas o acesso ao âmbito escolar, trata-se de um grande

progresso, porém, distinguindo os ensinamentos a cada gênero nas salas de aula, sendo seus tutores do mesmo sexo, entretanto, apesar desse avanço, o ingresso ao ambiente laboral como tutora só seria possível a partir dos 25 anos, novamente uma delimitação da mulher como “função social”; esse cenário durou por todo século XX.

Na década de 1990, na Conferência Internacional da Mulher, a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou a necessidade de políticas públicas que proporcionasse a isonomia dos gêneros¹. Diante desta declaração, é perceptível a deficiência do Estado pertinente à igualdade, a partir dos acontecimentos narrados, precariza a atividade laboral da mulher, tanto por baixa remuneração quanto por estrutura oferecida.

Não divergente dos tempos atuais, permanece enraizada a ideia preconceituosa de que a professora perpetua no ambiente escolar apenas pelo sentimento emocional de zelo e ensinamento social, devido a condição maternal, fazendo reconsiderar que por se tratar de um País democrático de Direito, faz-se absolutamente exigível a extinção das desigualdades sociais para que no tocante ao espaço escolar, haja respeito às diferenças, garantindo a dignidade da pessoa, como princípio basilar da Carta Magna.

A recapitulação da história da mulher no magistério demonstra a luta árdua consagrada devido as limitações por ser do gênero feminino, porém a batalha ainda não chegou ao fim. Esta é uma batalha diária, pois apesar dos avanços, o mundo persiste em determinar tarefas de acordo com o sexo, refletindo na concepção da criação dos filhos, abrangendo às questões culturais, uma vez que o desdobramento da submissão de gênero atravessa fronteiras e épocas, surpreendendo ainda. Diante da frenética modernidade, a ideia que a mulher não possa exercer atividade fora do lar e que os capítulos da história do Brasil transmitem a mensagem, mas cabe aos cidadãos interpretarem corretamente sobre a influência feminina no crescimento socioeconômico do País.

Desta maneira, este artigo busca demonstrar o papel da mulher como mediadora da educação e a vulnerabilidade deste grupo dentro das salas de aula. Para isso, o desenvolvimento do trabalho está alicerçado em três capítulos que versam respectivamente sobre a mulher educadora, a realidade nas escolas públicas do estado, a atuação da professora nas escolas públicas do estado e, por fim, a conclusão.

2 A MULHER EDUCADORA

A construção da professora educadora baseada nas questões históricas acima analisadas, não olvida que o extinto materno foi o impulso para a generalização de gêneros nas escolas. Contudo, é necessário quebrar barreiras que ainda estão consolidadas na sociedade. Ser educadora na atualidade requer determinação, coragem e amor. Sendo a valoração da feminização no magistério algo discutível desde a in-

1 A criação de um ambiente educacional e social onde homens e mulheres, meninos e meninas sejam tratados/as igualmente e encorajados/as a explorarem completamente seu potencial, respeitando a liberdade de pensamento, de consciência, de religião e de crença, e de onde os recursos educacionais promovam imagens não estereotipadas de homens e mulheres pode ter resultado efetivo na eliminação das causas da discriminação contra as mulheres e de desigualdades entre as mulheres e homens [...] (ONU, 1995, p. 29).

serção da mulher no espaço escolar. Para tanto é dever do Estado investir para que a visão da figura feminina nas salas de aula seja vista de forma respeitosa de modo que, conhecer a história do papel destas para a educação e compreender que a mulher exerce e poderá exercer papel fundamental na sociedade.

No entanto, é perceptível a posição de hierarquia que homem tem para com a mulher, é só estar em uma sala de aula e captar a iniciativa de imposição de respeito pela mulher que leciona, muitas vezes é ineficaz. Principalmente no ambiente em que a classe masculina se faz preponderante.

Não bastassem as dificuldades que se prolongam no tempo, o que é mais impactante é o desmerecimento do Estado frente à profissão. A iniciativa por uma educação melhor acontece todos os dias, milhões de professores e professoras são responsáveis pela formação nas salas de aula de escolas públicas, porém, apenas com a participação estrutural do Estado, e aquela que também é preciso, parte apenas dos professores, enfrentar todos os dias classes com infraestrutura totalmente deficiente, porção de alunos que estão nas escolas obrigados, pais que não contribuem juntamente com escola para a formação dos filhos, insegurança, desprezo, violência e o ínfimo teto salarial pago aos profissionais é algo dimensional. Tal situação não se torna prioridade entre as diversas demandas do Estado.

Perante a gravidade da conjuntura política do País, a vulnerabilidade da categoria no ambiente escolar tem aumentado vertiginosamente, de forma que a violência é registrada continuamente ao decorrer dos anos. Pontuando que em grande parte das ocorrências as agressões acontecem simplesmente pelas vítimas serem do gênero feminino. O desfecho é sabido, o afastamento da educadora, debilidade psicológica, dificuldade de se relacionar novamente, minoração da remuneração, um Estado inerte e um aluno refém deste.

A verdade é que tal situação versa sobre algo amplo e complexo, o Brasil é um País subdesenvolvido, onde as desigualdades sociais seguem parâmetros discrepantes e que desde o seu descobrimento não houve uma equiparação desta diversidade.

O Brasil se faz carente das políticas públicas para as mulheres. O retrocesso agride e instabiliza a progressão pelo afastamento das desigualdades, o país carece de respeito mútuo, a ascensão feminina não deve ser vista como superioridade de gênero, mas sim como superação e como encetamento da ruptura do preconceito.

3 A REALIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO

As questões educacionais dependentes do governo é matéria de discussão contínua no âmbito social, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa. O questionário da Prova Brasil 2015, que tem o objetivo de avaliar a qualidade de ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro, chamou a atenção para o alto índice de violência aos Educadores. A Deputada Tereza Leitão, noticiou os dados que 22,6 mil professores relataram, nesse período ter sido ameaçados por estudantes e 4,7 mil sofreram atentados à vida nas escolas em que lecionam, retratando números assustadores e evidenciando a ineficácia Estatal para solucionar o elevado nível em que se encontra a violência nas escolas.

O número não se difere da realidade, e ainda pior, quando a violência não fica apenas nas paredes da escola, para a Professora Maria Da Luz Pereira de Lucena², ultrapassou os limites do âmbito escolar, além de receber ameaças diárias na Escola Professor Sebastião Leme, UR 3 Iburá, o aluno a perseguiu no trajeto de retorno para o domicílio:

Recebia ameaças constantes deste aluno e determinado dia, resolvi ir de carro ao trabalho, pois naquele dia iria largar tarde e por receio me precavi, porém, ao sair da escola me deparei com este mesmo aluno em um carro, e assim que me locomovi, observei que ele também, fazendo o mesmo trajeto para o meu domicílio. Ao perceber que não se tratava de uma coincidência, rapidamente liguei para um colega Delegado, em que informei a situação, ele pediu para que me deslocasse para casa dele e me acompanharia até em casa.

No entanto, o Estado de Pernambuco, atualmente, encontra-se no *ranking* de melhores escolas estaduais, juntamente com São Paulo, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no País. Contraditoriamente, Pernambuco está na lista dos Estados com os piores pisos salariais remunerados aos professores. De acordo com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE), Fernando Melo³, observando assim que há contrariedade, as verdades dos fatos são parcialmente elencadas, o negócio é que o dia a dia nos ambientes escolares é bem mais complexo do que altos números de aprovação, baixo índice de reprovação e ausência de abandono escolar, é notório e imprescindível enxergar além de números. As políticas públicas voltadas para a inserção social, que obviamente, deixam a desejar.

A exemplo a condição física das salas de aulas, que não possuem acústica adequada, de modo que, nas classes com mais de 30 alunos é obrigatório o aumento da voz, escolas com ventiladores quebrados, cadeiras quebradas, ou seja, infraestrutura precária que não complementa dados, mas que prejudica gradativamente um ensino de qualidade.

É questionável que o ingresso nas escolas públicas determine os acessos as Universidades Públicas, pois encontram-se inchadas de candidatos da classe alta. Contrassenso é não ter merenda nas escolas, por falta de verba, e se dar conta que o Direito à educação é abrangente e que é Cláusula Pétrea na Constituição de 1988. Existirá, enumerando as dificuldades das escolas públicas, uma lista exorbitante de obscuridades, difícil imaginar que por aceitar as diferenças é que os colégios estaduais se limitam pela falta de incentivo governamental. Como pioneiras no incentivo ao magistério feminino, há de se cumprir o dever de apresentar escolas de referências, que ultrapasse a ideia de um país em desenvolvimento.

Positivado por meio da Constituição Federal (CF) o dever que o Estado tem perante a sociedade é previsto por meio do Art. 205:

² Entrevista realizada no dia 10 de setembro de 2017. Professora Maria da Luz Pereira de Lucena, que atuava na Escola Professor Sebastião Leme, atualmente aposentada pelo Governo do Estado.

³ Dados retirados da internet, reportagem realizada no dia 08 de setembro de 2016 pelo G1 PE de acordo com o IDEB.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Outra questão bastante problemática que circunda a atual realidade dos professores, a constante da violência que se faz presente nas salas de aula. Corriqueiramente as agressões verbais e físicas são incessantemente, principalmente contra professoras, como também professoras negras e homossexuais. O Estado não trabalha preventivamente, busca-se as vezes remediar os casos ocorridos, quando as ocorrências se tornam conhecidas; quando não, a situação de silêncio permanece.

Para um Estado Democrático de Direito é preciso que se concretize um ciclo, usando da regularidade para aplicação ao caso concreto, que o governo deve alcançar o máximo para integridade de uma vida digna, não sendo assim, o País vira uma sucessão ininterrupta de brechas e falhas, comprometendo cada vez mais a cidadania e o exercício da democracia, pois as questões sociais são arcabouços que se inter-relacionam, possibilitando a boa governança e o convívio social digno para os cidadãos, sobretudo no que faz referência à educação.

4 A ATUAÇÃO DA PROFESSORA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO

A formalização do magistério feminino é um fato e por isto define a inserção do gênero feminino como algo natural, relacionando-se com a “vocação” de cuidar e educar para uma inclusão eficaz na sociedade, ou seja, a professora adquire e repassa conhecimentos pedagógicos. Contudo tem o peso e o papel de construir a identidade do indivíduo como aluno, depositando assim nas professoras a valoração de um ensino educador e ao mesmo tempo maternal, pois a ideia da naturalidade, apesar de ser matéria secular ainda está enraizado no âmbito escolar.

É sabido que para um ambiente saudável, principalmente escolar, se faz necessário e primordial a igualdade, esta que determina o respeito das hierarquias. Porém não se trata apenas dos alunos, as formações de qualificação para o professor é uma deficiência presentes nas escolas públicas. Em casos de violência nas salas de aula, sobretudo às professoras, mesmo estruturado num conceito de hierarquia professor-aluno; as agressões acontecem muitas vezes de maneira vil, “apenas” por uma questão de gênero. Condicionando as professoras ao sexo frágil, totalmente desamparada de leis e efetividade governamental.

A falta de políticas públicas que enalteçam a função da mulher no meio social são empecilhos para o crescimento do País no tocante a educação. A Gestora da Escola Estadual Fernando Mota, Micheline Cavalcante Lima Dias⁴, no Bairro de Boa Viagem, Recife-PE, afirma que após cinco anos de Gestão, em relação à segurança, o Estado de Pernambuco disponibilizou uma formação, o programa que atende a esta

4 Entrevista realizada em 06 de setembro de 2017, na Escola Estadual Professor Fernando Mota. Gestora Micheline Cavalcante Lima Dias, abordando a falta de segurança e de preparação diante das agressões físicas e verbais no âmbito escolar.

formação é a SEGE Itinerante – Gestão de risco, um sistema que possui a política de segurança da informação – SEE-PE.

É notório o descaso estatal na batalha diária, a Professora Maria Cristina Pacheco de Gois⁵, que a época do acontecimento lecionava na Escola Estadual Helena Pugó, localizada no Bairro de San Martin, relata as cenas de desespero e medo que viveu na sala de aula, após um aluno, conhecido como uma pessoa problemática, tentar agredir a colega de classe com murros e chutes,

A raiva que estava o consumindo impossibilitou que eu pudesse segurá-lo a fim de acabar com aquele momento, e foi aí que pedi para alunos de outras séries mais avançadas para contê-lo. Ao chegar na sala da Direção, tentou agredir o Policial Militar, que inclusive um dos motivos da presença destes nas escolas é a prevenção dessas situações.

São vivências como essas, relatadas pela professora, que transparecem a realidade.

Entretanto há solução, a primordial atuação do Governo deverá ser a imposição de aceitação da mulher no mercado de trabalho, destacando a influência desta na construção histórica, o reconhecimento do ofício que lhes é dado em qualquer espaço, inclusive o escolar. Logo, um ambiente proveitoso para alunos e professores, proliferar a harmonia decorrente da sabedoria, que tanto é fundamental na vida de um ser humano e sobretudo à questão de gênero.

5 CONCLUSÃO

A educação possui a finalidade de repassar conhecimento a fim de que ajude na composição do indivíduo perante a sociedade, entretanto a finalidade educacional quebra as barreiras ao inserir a mulher neste âmbito. A partir deste momento, a palavra conhecimento toma dimensão e significado abrangente; a reverência maternal é comercializada na época da Colônia Portuguesa no Brasil, alimentando preconceitos e diferenças sociais. Não obstante, tal fato propiciou a inciativa do magistério feminino, no começo sofrendo resistências e exclusão da classe masculina, apesar disso em pouco tempo, de forma quase que absoluta, ocupou as lacunas que foram sendo deixadas pelos homens ao longo dos anos, uma vez que, a educação era imposta apenas a alunos, tutores e padres.

O machismo é questão suprema nos dias atuais, pois na criação familiar está arraigada a preponderância do gênero masculino, fundamentada numa sociedade patriarcal. Contudo a educação deve se adequar ao desenvolvimento histórico, uma vez que o Estado não detinha grande influência na criação dos filhos, entretanto, juntamente com a modernidade, a soberania do Estado está acima de qualquer for-

5 Entrevista realizada no dia 10 de agosto de 2017, na Escola Estadual Professor Fernando Mota. Professora Maria Cristina Pacheco de Gois, a época do acontecimento, lecionava na Escola Helena Pugó.

mação, ou seja, é necessário que o Governo aja, diante do domínio, para erradicação de atos que inferiorizem a educadora mulher.

Apesar de estarmos diante de significativas conquistas, essas não foram significativas para o aperfeiçoamento na educação. É notório que as questões sociais estão interligadas, o lugar onde você vive, as pessoas as quais você se relaciona, influenciarão nas escolhas. Para acertar de um lado, o Estado precisa verificar as lacunas existentes. Assim, o Estado soberano deverá desembaraçar todas as desigualdades sociais presente em uma sociedade, para que a efetividade dos atos atenda às necessidades dos fatos, principalmente quando o que se põe em questão a igualdade de gênero frente à isonomia asseguradas legalmente pelo Estado e a educação, como um direito social também positivado pela carta constitucional.

6. REFERÊNCIAS

ARAGÃO, M.C., KREUTZ, L.K. A mulher é naturalmente educadora; Representação de professores sobre a docência: entre discursos históricos e atuais. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v.25, n.1, jan-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/7395>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

BEZERRA, Nielson da Silva (Org.). **Respeitando as diferenças no espaço escolar**. Recife, 2007.

DIÁRIO de Pernambuco. **Professores da rede estadual cobram reajuste**. Recife-PE. 19 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/02/19/interna_vidaurbana,561648/professores-da-rede-estadual-cobram-reajuste.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2017.

G1 Pernambuco. **Escolas públicas de PE lideram ranking nacional do ensino médio**. Recife-PE. 8 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/educacao/noticia/2016/09/pernambuco-lidera-ranking-nacional-do-ensino-medio-segundo-ideb.html>> Acesso em: 10 ago. 2017.

OLIVEIRA, A.R.; MARTINS, A.M. **A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério**. Universidade de Aveiro, 2006. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa de Pernambuco; **Teresa Leitão alerta para quadro de violência contra professores**. Recife-PE. 22 de março de 2017. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/2017/03/22/teresa-leitao-alerta-para-quadro-de-violencia-contraprofessores/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

SOARES, M.B.; MACHADO, L.B. Violência contra o professor: sentidos compartilhados e práticas docentes frente ao fenômeno. 36^º Reunião Nacional da Anped. Agência

Financiadora: FACEPE, 2013. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt20_3139_texto.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.

Data do recebimento: 19 de abril de 2018

Data da avaliação: 8 de junho de 2018

Data de aceite: 10 de junho de 2018

1 Aluna de graduação do nono período de Direito da Facipe. E-mail: raih-pacheco@hotmail.com

2 Mestre e Doutorada em Ciências Políticas (UFPE). Professora da Faculdade Integrada de Pernambuco.

E-mail: mariacarmem.chaves@gmail.com

